

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação:

A contratação dos serviços objetos da presente licitação justifica-se pelas razões de interesse público, tendo em vista que as chuvas irregulares na região nordeste dificultam a vida do homem do campo em realizar uma atividade produtiva com a geração de emprego e renda. Quer seja para sobrevivência ou para geração de renda monetária ao homem do campo, a falta de água torna-se um impeditivo ao desenvolvimento rural. Por isso, o Governo Federal tem, anualmente, promovido a perfuração de poços com construção de chafarizes e bebedouros para minimizar essa situação.

O Governo Federal e os Estados abrangidos pelos semiárido vêm, há várias décadas, desenvolvendo políticas, projetos e ações focadas na mitigação das secas e no desenvolvimento das populações afetadas. Muito se investiu na construção de açudes e barragens, na formação de frentes de trabalho, na distribuição de água por caminhões pipa e na implantação de grandes projetos de irrigação. Apesar de terem proporcionado progressos, ainda é necessário adotar medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de água, principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido.

Com o objetivo de proporcionar o atendimento ao direito humano fundamental de água limpa e segura, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida em ambiente salubre no campo, se faz necessária à execução do objeto desta licitação.

Do Serviço “Comum”:

Por se tratar de serviço de engenharia “singelo”, com perfil executivo típico, tecnicamente padronizável e objetivamente definido, conforme especificações usuais de mercado elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico” com Sistema de Registro de Preços – SRP como forma de contratação.

Do Sistema de Registro de Preços (SRP):

Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (“I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”); a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento foi determinada pela necessidade regular de ações de combate a secas contratadas por esta Superintendência Regional.

Da não de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Devido à especificidade das dificuldades operacionais ocasionadas pela conjuntura econômica do ano corrente, pela necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório, para fazer valer o interesse público e com vistas ao cumprimento do prazo de encerramento do exercício de 2021, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo inferior a um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários: Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada. A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO, com Sistema de Registro de Preços (SRP).

Desapropriação:

Não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Critério de Julgamento:

Menor preço, de acordo com o Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Qualificação Técnica:

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio:

Por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos, a participação sob o regime de consorcio não é justificada. Elucidamos ainda que, como não se trata



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto¹ a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.

Do licenciamento ambiental:

É previsto em planilha orçamentária a “Licença da perfuração de poço” e a “Licença da outorga para captação”, as quais devem ser obtidas junto aos órgãos competentes.

Penedo - AL, Dezembro de 2021.

Eng^a Ana Carolina Spinola B. De Paula
Chefe da Unidade Regional de Empreendimentos Socioambientais
5ª GRR/USA - 5ª SR